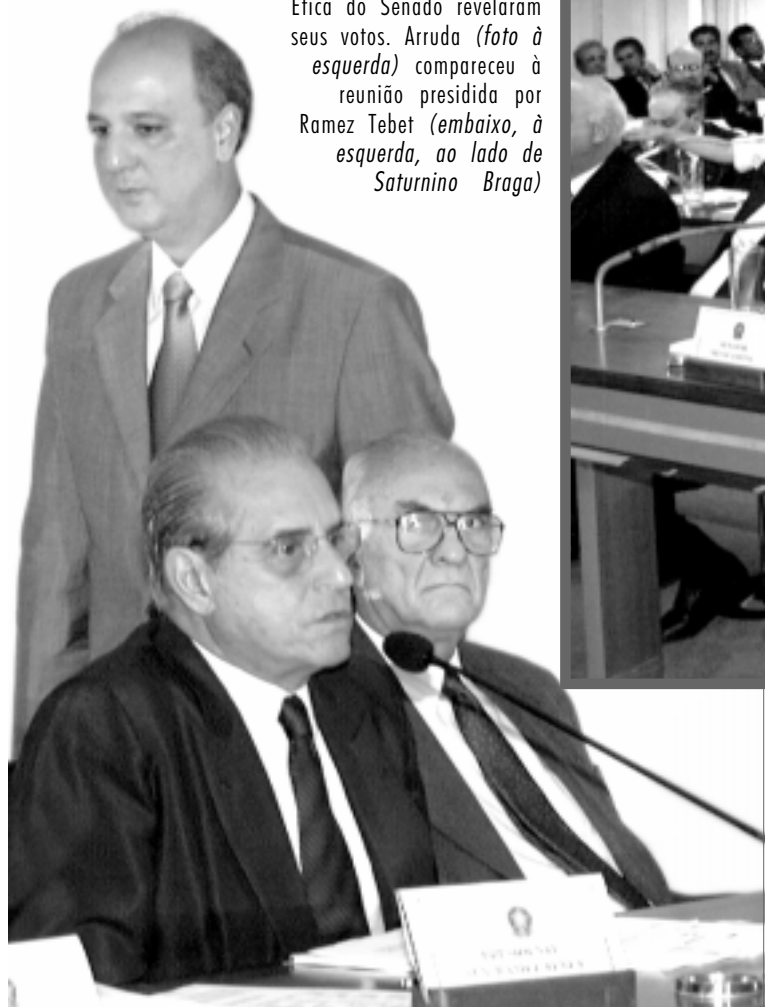


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.303 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2001

Em sete horas de reunião, os membros do Conselho de Ética do Senado revelaram seus votos. Arruda (foto à esquerda) compareceu à reunião presidida por Ramez Tebet (embaixo, à esquerda, ao lado de Saturnino Braga)



Conselho aprova pedido de abertura de processo contra ACM e Arruda

Ao final de uma reunião de sete horas, o Conselho de Ética do Senado aprovou pedido de abertura de processo de cassação dos dois senadores por violação do painel eletrônico.

PÁGINAS 3 A 8

Antes da decisão do Conselho de Ética, estudantes fizeram manifestação em frente ao Senado

Jader designa Carlos Wilson como relator

PÁGINA 8

CCJ quer auditoria no sistema de urnas eletrônicas

PÁGINA 9

Carlos Bezerra assume Comissão de Orçamento

PÁGINA 2

Código Florestal será discutido em audiência

A comissão mista que analisa a instituição do Código Florestal brasileiro e trata do Imposto Territorial Rural (ITR), realiza hoje, às 9h, no Auditório Petrônio Portella, audiência pública da qual deverão participar ministros, governadores, secretários estaduais e representantes de diversos órgãos ligados à agricultura e ao meio ambiente.

A fixação dos percentuais da floresta amazônica que deverão permanecer intactos e aqueles destinados à produção vem suscitando grande polêmica. Isto porque a manutenção em 80% da floresta a ser protegida, conforme propõe o relator, deputado Moacir Michelletto (PMDB-PR), não vem recebendo o apoio de alguns setores.

Plenário vota concessões para rádios

O Plenário do Senado aprecia hoje nove atos outorgando ou renovando concessões e permissões para o funcionamento de emissoras de rádio no país. Todos eles já contam com parecer favorável aprovado pela Comissão de Educação.

Subcomissão do Cinema reúne-se hoje

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática deverá votar em sua reunião de hoje, às 9h30, requerimento do seu presidente, senador Freitas Neto (PFL-PI), convidando integrantes do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic) para falar sobre suas atividades.

O Gedic reúne representantes da classe cinematográfica e do governo. Sob a coordenação do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, o grupo estuda medidas que poderão ser tomadas com vistas à criação de estrutura para futura indústria cinematográfica no país.

Comissão de Orçamento debate crise de energia

Senador Carlos Bezerra assume presidência do colegiado anunciando convite ao ministro do Planejamento para debater problema

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) assumiu ontem a presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocando reunião com todos os líderes dos partidos no colegiado para discutir as causas da crise energética e possíveis soluções. "No Orçamento, a questão está às escuras", criticou Carlos Bezerra, justificando a convocação, já para a próxima semana, do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para explicar as razões da omissão do governo no setor.

A reunião dos líderes servirá para definir a contribuição do Parlamento para a superação do problema, afirmou Carlos Bezerra.

— Somos pobres com mania de ricos, desperdiçamos tudo, e este "apagão" servirá para que repensemos o país e especialmente nossos exageros no uso de água e de energia e em outros setores, como o do lixo urbano — disse o senador.

O novo presidente reafirmou



Carlos Bezerra: "Apagão servirá para que repensemos o país e os exageros no uso de água e de energia"

seu compromisso de fortalecer a comissão e garantiu que se empenhará para que ela atue como "coluna vertebral" do Congresso na "luta política para que o país seja mais justo socialmente". Carlos Bezerra revelou que pretende retomar as discussões regionais das prioridades do governo e que, se possível, percorrerá o país discutindo o Orçamento Geral da União.

Em decorrência de gestões de parlamentares como o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) e os deputados federais Sérgio Miranda (PCdoB-MG), Wilson Santos (PMDB-MT) e Ricardo Barros (líder do governo na comissão), o senador Carlos Bezerra tomou a

decisão de marcar para a próxima quarta-feira depoimento do ministro do Planejamento, a fim de que ele preste esclarecimentos sobre o cumprimento das metas fiscais, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O presidente da Comissão de Orçamento anunciou que aproveitará a ocasião para cobrar do governo o não cumprimento dos convênios firmados em 1999 e 2000 com as prefeituras e que estariam sob ameaça de cancelamento. Estimativas da comissão indicam que o governo precisa de R\$ 9 bilhões para a execução de tais convênios, mas teria somente R\$ 500 milhões em caixa.

Bezerra prevê votação da LDO até 30 de junho

Na primeira reunião com líderes do governo na Comissão Mista de Orçamento, no final da tarde de ontem, o senador Carlos Bezerra afirmou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002 será votada até 30 de junho. Por acordo partidário, o PSDB indicou a deputada Lúcia Vânia (GO) relatora da LDO.

Na mesma reunião, ficou acertado que o ministro de Minas e Energia, José Jorge, será convidado a falar ao plenário da Comissão de Orçamento, na próxima semana, para explicar os projetos do governo para evitar que nos

próximos anos o governo seja obrigado a recorrer novamente a um plano de racionamento de energia elétrica.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002 encarrega os deputados e senadores de encontrar "fonte permanente" de dinheiro para qualquer aumento geral de salário do funcionalismo. O projeto estabelece ainda que o salário mínimo do próximo ano só será reajustado acima da inflação se o Congresso também encontrar uma fonte de recursos.

A proposta de LDO prevê que a

receita fiscal da União em 2002 terá um acréscimo real de 4,2%, comparando-se com a projeção para este ano. No projeto, o governo trabalha com uma previsão de taxa de câmbio média, em 2002, de R\$ 2,15 para cada dólar. O crescimento da economia deverá manter-se em 4,5% no ano e a inflação média ficará em 4,5% (IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas). Os juros básicos da economia, fixados pelo Banco Central, se reduzirão para a média de 13,2% ao ano, contra 15% projetados para dezembro próximo na lei orçamentária de 2001.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

15h — Recebe os ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

18h — Recebe o deputado Raimundo Santos acompanhado de pastores das Assembléias de Deus no Brasil

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 64/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Lazer do Alto do Rio das Velhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas (MG); PDL nº 80/2000, aprova o ato que renova a outorga da Fundação José Resende Vargas de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Paranaíba (MG); PDL nº 167/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Colinas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca (SP); PDL nº 170/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fênix Rádio FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipameri (GO); PDL nº 189/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Divinópolis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis (MG); PDL nº 245/00, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Pedrense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapólis (SP); PDL nº 251/00, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Antônio Bezerra de Menezes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapipoca (CE); PDL nº 255/00, aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema FM de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga (MG); PDL nº 2/01, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia (SP); Requerimento nº 228/2001, do senador João Alberto, solicitando que sobre o PLC nº 3/2001, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e Requerimento nº 229/2001, do senador João Alberto, solicitando que sobre o PLC nº 3/2001, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

COMISSÕES

9h — Audiência pública realizada pela Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP 2.080-63, que institui o Código Florestal e trata do Imposto Territorial Rural (ITR), com a participação de ministros, governadores, secretários estaduais e representantes de diversos órgãos ligados à agricultura e ao meio ambiente. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CONSELHO DE ÉTICA

Aprovado pedido de processo contra ACM e Arruda

Por 10 votos a 5, os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovaram ontem o envio à Mesa de pedido de abertura de processo de cassação dos mandatos dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). Os dois senadores teriam quebrado o decoro parlamentar no episódio da violação do painel eletrônico do Plenário na sessão que decidiu pela cassação do então senador Luiz Estevão. Por ser presidente do conselho, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) não votou (*veja quadro*).

Com essa votação, os membros do conselho rejeitaram destaque apresentado pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) pedindo a retirada dos trechos do relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que sugerem a abertura de processo de cassação de mandato. Numa votação anterior, o relatório havia sido aprovado por 13 votos a 2, ressalvado o destaque. A essa altura, requerimento dos senadores do PFL para que fosse dada preferência na votação ao voto em separado de Paulo Souto (PFL-BA) já havia sido derrotado.

Na abertura da reunião do conselho, que durou sete horas, Arruda fez um apelo aos colegas para que definissem uma pena proporcional ao delito cometido e confessado por ele. O senador, que é membro do conselho, de-

clarou-se impedido de participar da votação, e Tebet o substituiu pelo suplente, senador Antero de Barros (PSDB-MT), negando recurso apresentado pelos senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Ornélas.

Em seguida, Paulo Souto, que havia pedido vista do relatório de Saturnino na reunião anterior, apresentou voto em separado, argumentando que os atos atribuídos a Antonio Carlos e Arruda não poderiam ser enquadrados nas hipóteses de perda de mandato. Ainda assim, no final de seu voto Souto pediu o encaminhamento do processo à Mesa para a instauração de processo disciplinar, segundo o Código de Ética.

A partir daí, um a um, os membros do conselho que revelaram seus votos manifestaram sua concordância com a opinião do relator. Suplentes do conselho e mesmo senadores que não integram o órgão, como José Eduardo Dutra (PT-SE), Marina Silva (PT-AC), Emilia Fernandes (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS), também expuseram seu apoio ao relatório de Saturnino.



Tebet (entre Tuma e Saturnino) presidiu a reunião do Conselho de Ética, que durou sete horas

Senadores rejeitaram destaque que excluía perda de mandato

Ao verem rejeitado o requerimento para que fosse dada prioridade ao voto em separado do senador Paulo Souto, os senadores do PFL apresentaram destaque para excluir da conclusão do relatório do senador Roberto Saturnino as expressões “de cassação” e “por fato sujeito a perda de mandato”. Com a retirada das expressões, o conselho tomaria a decisão de apenas encaminhar o assunto à Mesa do Senado para as providências disciplinares cabíveis, sem sugerir a abertura de processo de perda de mandato. No entanto, o destaque



Senadores do PFL apresentaram destaque para excluir do relatório pedido de processo de cassação

foi rejeitado, recebendo 10 votos contrários e 5 favoráveis.

Ao encaminhar a votação, Saturnino alertou os colegas do conselho que as expressões destacadas atingiriam a essência do seu relatório, modificando substancialmente a sua natureza. “Seria mais ético votar contra o meu relatório, pois a aprovação dos destaques representa sua desfiguração”, disse.

Antes da votação, Ramez Tebet decidiu questões de ordem

Antes de dar início à votação do parecer do senador Roberto Saturnino sobre a quebra de sigilo do painel eletrônico, o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet, respondeu a questões de ordem levantadas pelos senadores Waldeck Ornélas e Jefferson Péres (PDT-AM). Ornélas interpôs recurso junto com o senador Geraldo Althoff para evitar que o senador Antero de Barros, suplente, votasse no lugar do senador José Roberto Arruda, que se declarou impedido por ser parte no processo.

Tebet resolveu indeferir o recurso de Ornélas por considerá-lo “intempestivo”. A questão de ordem, segundo ele, deveria ter sido

levantada quando o senador Arruda se declarou impedido. Antero defendeu seu direito de votar, argumentando que o PSDB, partido ao qual Arruda pertencia, não poderia ser punido com a redução do número de votos.

Jefferson questionou Tebet sobre quais membros do Bloco Oposição teriam direito a voto no Conselho de Ética. Como a condição de relator garantiu a Saturnino, integrante do bloco, esse direito, Jefferson pediu ao presidente que definisse quem teria de dar a vez ao relator. Com base no Regimento Interno, Tebet informou que Jefferson teria que sair, mantendo-se na condição de titulares Lauro Campos (sem partido-DF) e Heloísa Helena (PT-AL).

Saturnino garante que não fez prejulgamento

O senador Roberto Saturnino, relator designado para emitir parecer sobre se os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda feriram o decoro parlamentar no episódio de violação do painel eletrônico, reafirmou que seu relatório baseou-se exclusivamente nos fatos apurados pelo Conselho de Ética. Ao concluir com a constatação de que esses fatos indicam quebra de decoro, o relator disse que, na forma regimental, tinha que indicar a pena a ser aplicada – no caso, a cassação dos mandatos, como prevê a Constituição.

A explicação de Roberto Saturnino foi dada após o senador Paulo Souto ter concluído a leitura do voto em separado que apresentou ao conselho, no qual enumerou uma série de “equivocos” que a seu ver estariam contidos no relatório, como desrespeito a procedimentos e normas jurídicas e condenação antecipada dos senadores investigados.

– Não fiz prejulgamento nem desrespeitei procedimentos formais. Apenas cumpri o meu dever diante de tantos indícios de práticas contrárias à ética parlamentar – frisou Saturnino.

Discordando de Souto, o relator disse que a violação do painel “é um fato gravíssimo e que representa desrespeito à Constituição, à democracia e ao Senado”. Além disso, acrescentou, os dois senadores teriam mentido ostensiva, explícita e reiteradamente aos demais, o que, na sua opinião, teria tornado insustentável a situação de ambos.

Saturnino também enfatizou que o julgamento realizado pelo Conselho de Ética seria político, mantendo dos procedimentos judiciais o respeito às regras e procedimentos judiciais, assegurado o amplo direito de defesa em todo o processo. O senador Pedro Simon disse estranhar a insistência de alguns parlamentares em repetir que o Conselho de Ética já teria decidido pelas cassações, em rito sumário. O processo por quebra de decoro está apenas começando, lembrou Simon, para quem ainda há um longo caminho até que o Plenário do Senado decida pela cassação ou não dos dois senadores.

Votos dos senadores no Conselho de Ética		
Senador	Relatório ¹	Destaque ²
PMDB		
Amir Lando (RO)	Sim	Sim
Casildo Maldaner (SC)	Sim	Sim
Nabor Júnior (AC)	Sim	Sim
Ney Suassuna (PB)	Sim	Sim
Ramez Tebet (MS)	---	---
PFL		
Francelino Pereira (MG)	Sim	Não
Geraldo Althoff (SC)	Sim	Não
Paulo Souto (BA)	Não	Não
Romeu Tuma (SP)	Sim	Não
Waldeck Ornélas (BA)	Não	Não
PSDB**		
Antero de Barros (MT)	Sim	Sim
Lúcio Alcântara (CE)	Sim	Sim
Osmar Dias (PR)	Sim	Sim
Bloco Oposição***		
Heloísa Helena (PT-AL)	Sim	Sim
Lauro Campos (sem partido-DF)	Sim	Sim
Roberto Saturnino (PSB-RJ)	Sim	Sim

* Por ser presidente do Conselho de Ética, não participa das votações, a não ser em caso de empate
 ** O senador José Roberto Arruda foi substituído por Antero de Barros
 *** Jefferson Péres foi substituído por Roberto Saturnino

1 – Sim - Voto favorável ao relatório Não - Voto contrário
 2 – Sim - Manutenção do texto original Não - Retirada das expressões que recomendam a abertura do processo de cassação

CONSELHO DE ÉTICA

Arruda pediu que relatório não especificasse a pena

Ao levantar uma questão de ordem na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador José Roberto Arruda pediu que não fosse especificada a pena no relatório a ser votado pelo colegiado sobre sua participação na violação da votação secreta do painel do Senado Federal, no momento da cassação do ex-senador Luiz Estevão.

O parlamentar concordou com o presidente do conselho, senador Ramez Tebet, de que o voto deve ser aberto, já que ainda não há processo formalizado sobre a cassação. Mas argumentou que, sem processo, é precipitada qualquer indicação de pena.

Arruda citou o senador Amir Lando (PMDB-RO), para quem o conselho não pode emitir,

neste momento, qualquer juízo de mérito sobre o parecer, para não fazer um prejulgamento. Também evocou o filme *Sessão Especial de Justiça*, do diretor grego Costa-Gavras, passado na época da ocupação nazista na França. Na fita, é montada uma corte de justiça para, segundo o senador, “dar ares de aparente legalidade” às condenações propostas pelos nazistas.

Para o parlamentar, ao se aceitar a tese de que qualquer quebra de decoro é punível com a cassação, desrespeita-se um princípio básico da Justiça,

que é a gradação da pena. Para ele, a penalidade deve ser proporcional à culpa. Propôs um exercício de imaginação no qual, em vez de dois – além dele, o senador Antonio Carlos Magalhães, então presidente do Senado, é acusado de participar da violação –, fossem três os acusados.

– E se o terceiro senador tivesse alterado um voto? Seria justo impor a mesma pena para os três? – perguntou, lembrando que os dois senadores não são acusados de terem adulterado a votação.



José Roberto Arruda invocou o artigo 306 do Regimento Interno para não votar

Senador se declara impedido

No início da reunião de ontem do Conselho de Ética, o senador José Roberto Arruda comunicou que iria declarar-se impedido de votar o relatório que pede a abertura de processo contra ele e o senador Antonio Carlos Magalhães.

Arruda afirmou que tomava a decisão de se declarar impedido com grande dificuldade, já que seu voto poderia significar uma decisão favorável para ele próprio. Mas afirmou que o fazia em virtude do artigo 306 do Regimento Interno do Senado,

que faculta ao senador declarar-se impedido em qualquer assunto que tenha interesse particular.

Waldeck Ornélas (PFL-BA), no entanto, apresentou questão de ordem argumentando que o suplente de Arruda no Conselho de Ética, Antero de Barros (PSDB-MT), não poderia assumir em seu lugar. De acordo com o parlamentar da Bahia, o artigo 84 do Regimento determina que, ao abster-se de votar, o senador permanece na reunião do conselho para efeito de quórum de seu partido.

Antero de Barros, por sua vez, contraditou que o artigo 84 refere-se a deliberações a serem tomadas no Plenário, em que não há a figura do suplente. Para ele, os suplentes devem assumir o lugar dos titulares nas deliberações em comissões.

O presidente do conselho, senador Ramez Tebet, decidiu que a questão deveria ser resolvida pelo artigo 24 do Regimento, que diz respeito às comissões. Nelas, ressaltou, sempre se chama o titular e, na falta deste, o suplente.

Francelino faz reparo a redação de trecho do parecer

Na opinião do senador Francelino Pereira (PFL-MG), a sugestão de abertura de processo de cassação que consta do relatório do senador Roberto Saturnino deveria ser retificada, pois não caberia ao Conselho de Ética indicar a punição antes da abertura do processo. Com essa correção de redação, as discussões jurídicas e subjetivas, na opinião de Francelino, poderiam ser evitadas.

– A falta de objetividade leva à depreciação. O senhor pede a abertura de processo para apuração conclusiva dos fatos. Isso é totalmente diferente de cassação. A

indicação de penas não nos cabe nessa hora. Há um erro de redação. O senhor tem um livro publicado, lindo de morrer. As palavras deveriam ser outras para evitar esse equívoco – afirmou Francelino, em diálogo com Saturnino.

Apesar de confirmar que não lhe caberia fazer qualquer julgamento em seu relatório e que não pediu a cassação dos senadores, Saturnino disse a Francelino que a conclusão de seu relatório é precisa, pois, de acordo com o Código de Ética, ele deve identificar a natureza do processo a ser aberto, já que um processo de cassa-



Francelino Pereira: “Apuração dos fatos é totalmente diferente de cassação”

ção tem trâmites diferentes de processos que indicam outro tipo de penalidade.

– Tenho que indicar o tipo de processo. Isso não significa que o próprio conselho, a CCJ e o Plenário não possam decidir de maneira diferente – afirmou.



Paulo Souto (à direita, ao lado de Ornélas) considera que senadores não quebraram decoro

Voto de Paulo Souto indica falhas em procedimentos

O voto em separado apresentado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA) e que não chegou a ser apreciado em função da aprovação do relatório do senador Roberto Saturnino considera que os atos atribuídos aos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda não constituem quebra de decoro e não se enquadram nas hipóteses listadas pelo Código de Ética para perda de mandato parlamentar. Ainda assim, o voto de Souto, que funciona como voto alternativo ao do relator, sugere o envio do processo para a Mesa do Senado a fim de que esta decida sobre as medidas disciplinares cabíveis.

Além de indicar falhas nos procedimentos adotados pelas investigações preliminares, como a ausência do direito a ampla defesa dos acusados, Souto apontou outros erros e omissões no relatório de Saturnino, como a seleção direcionada dos trechos dos depoimentos prestados naquele colegiado.

Souto diz que Saturnino deixou de utilizar, por exemplo, declara-

ções da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges, dizendo que não recebeu do senador Antonio Carlos qualquer ordem para violar o painel de votação do Senado. Ele também destaca que o relator relevou o fato de tanto Arruda quanto Antonio Carlos não terem sido informados sobre os procedimentos utilizados para a obtenção da lista de votação.

Na opinião de Souto, este e outros argumentos, apresentados pelo próprio Antonio Carlos, seriam fundamentais para a formação do juízo de valor por parte dos membros do conselho no que diz respeito à questão da culpabilidade do ato de violação e poderiam mostrar que a participação de Arruda e de Antonio Carlos no episódio não sustenta uma proposta de perda de mandato.

– Se o fato imputado for tratado com a sanção máxima, que pena imputar ao parlamentar que praticasse peculato ou crime hediondo? Situações iguais, tratamento igual, situações diferentes, tratamentos diferentes – ponderou.

Waldeck Ornélas apela para voto com a “consciência”

O senador Waldeck Ornélas apelou para que senadores votassem com a “consciência” no Conselho de Ética, sem se importar com a repercussão de seu ato junto à opinião pública e à imprensa. Segundo Ornélas, a investigação do conselho sobre a fraude no painel eletrônico do Senado deu margem a uma situação “surrealista”: de um lado, o parecer do relator, senador Roberto Saturnino, recomenda a cassação de mandato dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda; de outro, o voto em separado da bancada do PFL defende a abertura de processo pela Mesa do Senado, sem opinar pela pena a ser aplicada no caso.

“O Parlamento não pode renun-

ciar a sua competência e responsabilidade para votar de acordo com a opinião pública, formada por uma minoria manipulada pela imprensa”, afirmou.

Convencido de que Antonio Carlos não praticou “ato delituoso”, Ornélas considera até a possível aplicação de perda temporária de mandato “uma punição muito rigorosa e desproporcional ao fato acontecido”. No esforço para sensibilizar os integrantes do conselho, o senador pefelista chegou a invocar “vozes independentes do país”, representadas pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati, e pelo candidato à Presidência da República pelo PPS, Ciro Gomes, que condenaram “o processo de linchamento político”.

CONSELHO DE ÉTICA

Para Jefferson Péres, houve quebra de decoro por diversos motivos

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) declarou que o episódio de violação do painel eletrônico do Plenário, com o envolvimento dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), configura, por diversos motivos, a quebra do decoro parlamentar, passível de cassação.

Para ele, a Constituição é clara ao determinar que em certos casos a votação é inviolável, mas o dispositivo foi “escandalosamente desrespeitado” pelos senadores.

— Isso configura quebra de decoro parlamentar com o agravante de,



Jefferson: “Se isso não é quebra de decoro parlamentar, eu não sei o que é”

em reiteradas vezes, perante todo o Plenário, os senadores terem mentido e depois confessado que mentiram. Diante do envolvimento dos

senadores com a violação e do fato de terem agredido a verdade perante todos nós, um desrespeito a todos nós, se isso não é quebra de decoro parlamentar, eu não sei o que é — disse Jefferson.

Ele lembrou que o relatório aprovado no Conselho de Ética não cassa os dois senadores, apenas pede que a Mesa abra processo por quebra de decoro.

— O processo para quê? Para que eles se defendam. Arruda disse que só tem dois caminhos, a renúncia ou a cassação. Não é verdade, existe o caminho da absolvição. De resto, são palavras vazias e nada mais — afirmou Jefferson.

Tebet responde a Camata que cabe à Mesa decidir

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) perguntou ao presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet, se a pena especificada no relatório do senador Roberto Saturnino — a cassação dos mandatos dos senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, pela violação do sigilo do painel de votação — poderia ser alterada no decorrer do processo de votação.

Tebet respondeu que o relatório submetido ontem à votação refere-se ao processo de investigação. Aprovado, vai como indicação para a Mesa do Senado, a quem caberá a decisão de abrir ou não processo de cassação contra os senadores. Neste caso, a matéria volta para o Conselho de Ética, que seguirá todos os procedimentos para a cassação, como foi feito no caso do ex-senador Luiz Estevão.

— Isto não significa que será o mesmo relator nem que eu estarei na presidência nem que o Conselho de Ética terá essa

mesma composição — afirmou Tebet. Ele acrescentou que, caso a cassação seja aprovada, a proposição segue para apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, de lá, para o Plenário do Senado.

Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sugeriu a Tebet que, em consultas mais polêmicas, ouça o plenário, para dividir a responsabilidade com os outros senadores. O presidente recebeu a sugestão, ressaltando que não foi ainda consultado para submeter tais questões ao plenário. Disse também que assumiria a responsabilidade das decisões que forem do âmbito da presidência do conselho.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, enalteceu a postura de Tebet, que segundo ele presidiu “as comissões mais complicadas e mais difíceis” do Senado Federal.

— Não aceito que possam fazer nenhuma crítica a Vossa Excelência — afirmou Simon.



Camata quis saber se pena especificada no relatório poderia ser alterada no decorrer do processo



Para Maldaner, conselho não deveria se pronunciar agora sobre o mérito, mas sobre a investigação

Maldaner critica recomendação de cassação

Após citar trechos do relatório de Roberto Saturnino e do voto em separado de Paulo Souto (PFL-BA), o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou-se contrário à aprovação, pelo Conselho de Ética, da recomendação de abertura de processo de cassação do mandato dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Esse indicativo está expresso no parecer de Saturnino.

Para Maldaner, o conselho ainda não deveria se pronunciar sobre o mérito, mas sobre os fatos relacionados à investigação da quebra do sigilo do painel de votação. “Isso pode até levar à perda do mandato, mas não podemos decidir sobre isso hoje”, disse. Ele considerou mais adequado que se recomendasse à Mesa do Senado a instauração de um processo para apurar responsabilidades dos dois senadores no episódio.

Osmar: “Não podemos votar de costas para opinião pública”

Para tomar a sua decisão de votar favoravelmente ao relatório do senador Roberto Saturnino, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) declarou que estudou o caso com cuidado, recebeu argumentos de todos os lados e ouviu atentamente as manifestações da sociedade durante o processo. Para Osmar Dias, a violação do painel e da prerrogativa do voto secreto dos senadores é um fato inegável.

— Por mais que digam que não podemos votar sob a pressão da opinião pública, não podemos votar de costas para a opinião pública. Costumo ouvir a opinião das pessoas que nos mandaram para cá — disse Osmar Dias, que lamentou o fato de o Senado estar passando por um momento de “sofrimento para todos nós”.

Da mesma forma, Osmar Dias afirmou que “a maneira de passar o Brasil a limpo” é a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a corrupção no



Osmar Dias também defendeu a instalação de uma CPI para investigar denúncias de corrupção

governo federal. “Por isso assinei o requerimento novamente, apesar de não ser confortável, sendo do partido do presidente, ter assinado e ter que enfrentar hostilidades e cara feia no corredor”, afirmou.

Ele disse ainda que, por diversas ocasiões, trocou impressões sobre o processo no Conselho de Ética com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e que contribuiu com discricção para o processo. “Não podia declarar o meu voto antecipadamente”, justificou.

Ney Suassuna destaca semelhanças entre votos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apontou semelhanças nas conclusões dos votos apresentados ao Conselho de Ética, em relação à investigação envolvendo os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Mostrou que tanto o relator, senador Roberto Saturnino, quanto o senador Paulo Souto, que apresentou o voto em separado, opinaram pelo encaminhamento dos autos à Mesa do Senado para abertura de processo disciplinar.

Ressaltando a dificuldade de ser membro do conselho, por ter de julgar o fim da carreira política de alguns companheiros, o parlamentar se disse favorável ao relatório de Saturnino, não porque ele tenha pedido a pena de cassação, mas por abordar pormenorizadamente item por item, enquanto o voto de Paulo Souto está centrado na discussão da penalidade.

Para Suassuna, as conclusões do relatório são incontestáveis, por explicitarem os indícios da prática de falta de decoro parlamentar.

O senador Ney Suassuna citou o fato de os acusados não terem tomado providências frente ao “grave delito” de que tomaram conhecimento e referiu-se também à mudança frequente de versões até a divulgação do resultado da perícia da Universidade de Campinas (Unicamp).



Ney Suassuna diz que conclusões do relatório de Saturnino são incontestáveis

CONSELHO DE ÉTICA

Para Heloísa, ACM e Arruda abusaram de prerrogativas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que, mesmo tendo sido incluída no episódio de violação do painel eletrônico “de forma injuriosa, difamante e canalha”, não sentia prazer em votar a favor do relatório do senador Roberto Saturnino. A senadora foi citada como tendo votado contra a cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão pelo senador Antonio Carlos Magalhães, em conversa gravada com procuradores da República. O relatório de Saturnino pede a cassação de Antonio Carlos e do senador José Roberto Arruda, também acusado de ter violado o segredo do painel.

Heloísa anunciou que votaria “simplesmente com sua consciência”. Disse que seu voto, assim, seria dado “como manda a legislação em vigor e como manda a construção do estado de direito em uma demo-



Heloísa Helena: “Só uma sobrevivente como eu agüentaria este episódio todo”

cracia capenga, autoritária”.

— Agradei a Deus a minha história, porque só uma sobrevivente como eu agüentaria este episódio todo — afirmou.

Heloísa disse que somente foi citada dessa forma porque “alguém não acreditava que uma mulherzinha vinda do interior de Alagoas fosse criticar o presiden-

te da República”. Lembrou que ele e os senadores que estão agora sendo julgados “andavam juntos num sem-número de infâmias e crimes de lesa-pátria”.

A parlamentar lembrou que tanto Arruda quando Antonio Carlos “eram celebrados por aqui e tratados com bajulação e servilismo”. Alertou ser importante que a nação saiba quais foram as “coisas piores” que Arruda disse ter cometido juntamente com o então presidente do Senado.

A senadora disse ter muito respeito pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), que apresentou voto em separado afastando a pena de cassação de mandato para os senadores acusados. Mas ela afirmou que os dois parlamentares praticaram ato incompatível com o decoro parlamentar, abusando de suas prerrogativas e exacerbando da função legislativa.

Lauro agradece elogios e vota com o relator

Na discussão sobre o parecer de Roberto Saturnino, o senador Lauro Campos (sem partido-DF) antecipou ontem que votaria pela aprovação do parecer do relator. Saturnino concluiu que os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda quebraram o decoro parlamentar no episódio de violação do painel eletrônico do Plenário do Senado.

Lauro Campos agradeceu

elogios que Antonio Carlos lhe fez e declarou que “só poderia continuar sendo um político sério, correto e ético, conforme disse o ex-presidente do Senado, se acompanhasse o voto do relator”, como antecipou que faria.

Por outro lado, o senador pelo Distrito Federal fez questão de também anunciar que não participará do “banquete totêmico, ou seja, do ritual em que pessoas se reúnem para co-



Lauro Campos ressaltou que não participaria de “banquete totêmico”

mer um cadáver e adquirir o poder que ele detinha”.

Nabor destaca que age com isenção

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) anunciou seu voto favorável ao relatório do senador Roberto Saturnino. Nabor contou não ter se envolvido no processo de investigação dos envolvidos, nem de testemunhas, para manter isenção e poder votar de acordo com sua consciência. O senador disse que ele e sua família foram vítimas da imprensa, que publicou acusações e injúrias por sua posição “firme e decidida de manter sigilo do voto”.

— Fui procurado por jornais de todo o país, principalmente do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília,



Nabor diz que abertura do processo não implica necessariamente cassação

para dizer como seria meu voto — disse, enfatizando ter sempre afirmado que só revelaria o voto nes-

sa fase do processo, quando o Conselho de Ética delibera sobre o relatório.

Nabor informou que a abertura do processo nos moldes do parecer de Saturnino não implica necessariamente a cassação dos dois senadores acusados de violação do painel eletrônico do Senado. Ele destacou que há ainda três instâncias a serem percorridas antes de uma eventual cassação: a Mesa do Senado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e o Plenário. “A Mesa pode até não acatar o relatório aprovado no Conselho de Ética”, afirmou.

Antero lembra veemência com que os dois senadores afirmavam não ter tido acesso à lista



Antero diz que mentiras violam a democracia

Durante a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) manifestou-se favorável ao relatório de Roberto Saturnino que recomenda a abertura do processo de cassação dos mandatos dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

No entendimento de Antero, “a violação do painel foi o início de uma primeira série de mentiras”. Para o parlamentar, o episódio não se limita à quebra de sigilo do voto dos senadores, e as declarações contraditórias feitas pelos dois senadores devem pesar na decisão que o conselho irá tomar.

“Não pode ser desprezada a veemência com que os dois parlamentares afirmavam não ter tido nenhum acesso à lista de votação dos outros senadores”, afirmou Antero. As mentiras dos dois, completou, constituem uma violência contra a democracia.

O senador lamentou a condescendência da Mesa do Senado, ao dar o prazo de 15 dias, a contar do resultado da votação de ontem, “para que os dois envolvidos possam renunciar”. Segundo o parlamentar, no episódio envolvendo o então senador Luiz Estevão, o prazo foi de 24 horas. “Observa-se que a Casa adota dois pesos e duas medidas”, disse Antero Paes de Barros.

Alcântara: convicções livres da “midiarquia”

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) resolveu se antecipar à votação no Conselho de Ética e declarou seu voto favorável ao parecer do senador Roberto Saturnino. Contestando comentários de que estaria indeciso, Alcântara explicou que preferiu guardar o sigilo de seu voto para deixar suas convicções pessoais livres de influências da “midiarquia”.

Apesar de seguir o voto de Saturnino, que sugere a abertura de processo de cassação de mandato dos dois senadores, o senador tucano disse que o relatório “não é perfeito”. Na opinião de Alcântara, o conselho só teria condições de decidir, nesse ponto da investigação, se recomendaria ou não à Mesa do Senado a abertura de processo contra Antonio Carlos e Arruda. A definição da pena a ser aplicada ocorreria



Segundo Lúcio Alcântara, o relatório de Roberto Saturnino “não é perfeito”

em uma etapa posterior.

— Não é possível condenar ou prejulgar ninguém — afirmou Lúcio Alcântara. Embora tenha restrições ao relatório de Roberto Saturnino, o senador cearense considerou não ser possível, no atual momento, “erguer” algo melhor para substituí-lo. Essa declaração dirigiu-se ao voto em separado do senador Paulo Souto (PFL-BA), que não estipula punições aos acusados, apenas defesa da abertura de processo pela Mesa do Senado.

CONSELHO DE ÉTICA

Pedro Simon considera que decisão não cerceou o direito de defesa

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) admitiu que a aprovação do relatório do senador Roberto Saturnino pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar dá margem à cassação do mandato dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Advertiu, no entanto, que essa possibilidade pode não se concretizar. Simon discordou da posição dos senadores que vêm



Para Simon, o relatório de Saturnino não determina a cassação

o acatamento do parecer como cerceador do direito de defesa dos acusados.

— Tem gente que acha que o parecer já determina a cassação — comentou o senador gaúcho, defendendo a pertinência de o relatório fundamentar o pedido de abertura de processo de cassação contra os

senadores com base na quebra de decoro parlamentar. “Se não fizermos isso, vamos transferir a

responsabilidade para a Mesa do Senado, que teria de fazer um estudo antes de identificar um argumento para fundamentar o processo”, disse.

Pedro Simon também afirmou estranhar a “angústia” de alguns senadores, que teriam levantado suspeitas de que o conselho poderia praticar “um ato de violência” ao acatar o parecer. E comunicou a disposição do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), de orientar os integrantes do partido a votar com o parecer de Roberto Saturnino.



Dutra afirmou que o conselho não pode “transferir a responsabilidade” à Mesa

Para Dutra, é prerrogativa do conselho indicar tipo do processo

Favorável ao relatório do senador Roberto Saturnino apresentado ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a manutenção de trecho do documento que recomenda a abertura do processo de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Para Dutra, esse é um direito do conselho que não pode ser transferido à Mesa.

Baseando-se no Regimento Interno do Senado, o parlamentar disse que existe respaldo jurídico para que o próprio conselho aponte que tipo de processo deve ser aberto contra os senadores em investigação. O senador acrescentou que, se o conselho deixasse de fazer essa indicação, a Mesa teria que refazer todo o trabalho de apuração já feito, novamente tomando depoimen-

tos e realizando acareações.

Fazendo uma analogia com o trabalho de um delegado de polícia, Dutra disse que depois da investigação é natural que se indique um suspeito e aponte que crime terá sido cometido. Depois disso, cabe a um juiz definir se o réu é ou não culpado. Ele equiparou a investigação promovida pelo conselho à apuração que é feita em uma delegacia.

O senador discordou de análise feita no início da sessão por Arruda, dando conta de que só lhe restaria renunciar ao mandato ou ser cassado. Para Dutra, tanto Arruda quanto Antonio Carlos terão amplo direito de defesa e, se durante o decorrer do processo provarem que não feriram a ética e o decoro parlamentar, poderão até serem inocentados nas instâncias de deliberação da Casa.

Relatório foi elaborado com equilíbrio, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o relatório, apresentado pelo senador Roberto Saturnino, que recomenda a abertura de processo que pode levar à cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Ele destacou que o documento foi elaborado com competência, equilíbrio e amadurecimento, “tanto que a conclusão ganhou o reconhecimento da grande maioria do conselho e do povo brasileiro”.

Suplicy destacou trecho do relatório em que Saturnino afirma, uma vez que os senadores Antonio Carlos e José Roberto Arruda apresentaram contradições

em seus depoimentos, ter a plena convicção de que a verdade sobre a violação do painel de votação, “plena e cabal, ainda está por ser revelada”.

O senador mencionou informação veiculada pela imprensa de que o presidente Fernando Henrique Cardoso também teria tido conhecimento da lista

de votação da sessão em que foi cassado o mandato do senador Luiz Estevão. A relação teria sido entregue a ele por Arruda, então líder do governo no Senado.



Suplicy: relatório ganhou reconhecimento do Conselho de Ética

Suplicy também cumprimentou o presidente do conselho, senador Ramez Tebet, por ter assegurado o voto do suplente, senador Antero de Barros (PSDB-MT), no lugar de Arruda, e ainda por ter mantido a votação aberta do relatório.

— As atitudes de Tebet foram fundamentais para que haja ética na política e para que o Senado Federal possa modificar sua imagem, tão prejudicada nesses últimos meses — concluiu.

Marina Silva afirma que houve dois ilícitos

Para a senadora Marina Silva (PT-AC), os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda praticaram dois ilícitos ao violarem o sigilo da votação que casou o mandato do senador Luiz Estevão. O primeiro teria sido a própria “violação criminosa” do painel, já que o sigilo do voto dos parlamentares, no caso de cassação, é preservado pelo texto constitucional. O segundo ilícito, na opinião de Marina, foi a revelação das informações sobre a votação.

A senadora ressaltou que algumas categorias profissionais, en-



Marina considera que Saturnino acertou ao recomendar o processo

tre elas os parlamentares federais, têm de obedecer à Constituição mediante juramento. Essa, afirmou, é condição *sine qua non* para o exercício do mandato. Assim, para ela, o senador Roberto Saturnino deu o encaminhamento correto em seu relatório sobre o caso, ao recomendar a abertura de processo de cassação do mandato de ambos os senadores envolvidos.

— Não fazemos isso é estarmos transferindo para a Mesa do Senado o trabalho deste Conselho de Ética — afirmou.

Para Marina Silva, não há pro-

blema em o Conselho de Ética se pronunciar duas vezes sobre a matéria, já que o caso voltará à sua apreciação caso a Mesa decida pela abertura do processo de cassação. Os próprios integrantes do conselho poderão mudar de opinião quando da votação da cassação no Plenário, observou.

Ao encerrar sua fala, Marina Silva disse não haver ninguém mais justo que outro.

— O rico pode gabar-se de ser rico, porque pode optar por ser pobre. O bravo pode gabar-se de ser bravo, porque pode deixar de ser bravo. Mas o justo não pode gabar-se de ser justo, porque não pode deixar de ser justo. Ser justo é não ter outra opção.

Emilia: sociedade brasileira ganhou com as investigações

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou que o debate provocado pelo caso da violação do painel transbordou para a sociedade, levando o país todo a discutir a necessidade da ética e da verdade nas relações de toda a ordem, inclusive familiares. Para a senadora, esse foi um ganho indiscutível das investigações e discussões realizadas sobre a participação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda no episódio.

Emilia Fernandes, que não é membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, elogiou o relatório do senador Roberto Saturnino pela “consistência e profundidade”. Ela entende que Antonio Carlos e Arruda quebraram o decoro “de forma grave” ao participarem da operação para tomar conhecimento dos votos dados numa sessão secreta.

— Aqui não se pretende fazer uma execução sumária, aqui não



O debate sobre a violação do painel transbordou para a sociedade, segundo Emilia

há sede de sangue, mas de justiça — afirmou Emilia Fernandes.

Conclamando o Congresso a “ficar de pé física e moralmente”, já que haveria suspeita de falha na estrutura de um dos prédios do Senado, a senadora cobrou do governador do Ceará, Tasso Jereissati, explicações sobre a ocorrência de fatos piores que a violação do painel, conforme ele afirmou.

— Se há, ele tem de dizer o quê, quem e quando — exigiu Emilia.

CONSELHO DE ÉTICA

Jader: prazos são regimentais, sem favor a ninguém

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou ontem que designará o primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PPS-PE), como relator junto à Mesa do parecer do Conselho de Ética sobre a denúncia de violação do painel eletrônico. Ele adiantou, ainda, que só votará na reunião da Mesa que decidirá sobre a instauração de processo contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda se for necessário o desempate.

Jader Barbalho protestou contra interpretações de que estaria favorecendo os senadores objeto da investigação ao determinar os prazos de tramitação do assunto.

— Não estou absolutamente fazendo favor a ninguém ao estabelecer os prazos, que são regimentais. Estranho certo tipo de noticiário que examina o tema como se estivéssemos fazendo algum tipo de concessão, quando estamos única e exclusivamente cumprindo o Regimento — assinalou.

O presidente do Senado esclareceu que Carlos Wilson foi escolhido para relator por ter acompanhado o caso desde o início.

— Dos membros da Mesa, ele é o mais inteirado do assunto. Logo que o processo me chegar às mãos vou designá-lo, para que, dentro do prazo de sete dias, estabeleça data para entrega de parecer, e para essa data convocarei reunião da Mesa — explicou Jader, acrescentando que o conteúdo do relatório “é de responsabilidade pessoal e política do relator”.

Segundo o senador, nessa reunião a Mesa decidirá “encampar ou não a decisão do Conselho de Ética; encampando, devolverá a matéria

ao conselho, iniciando então um processo relativo à infração do Código de Ética”. Quinze dias é o total de tempo para o exame do tema na Mesa, no qual se incluem sete dias para o relator e cinco para pedidos de vista, sendo todos esses os prazos máximos, o que significa que os resultados poderão ser produzidos antes.

Embora tenha se recusado a comentar o mérito da decisão do Conselho de Ética, o presidente do Senado disse estar satisfeito com o funcionamento da Casa.

— Não me sinto à vontade para emitir juízo sobre o mérito, mas o Senado está agindo de forma adequada, regimentalmente, e o conselho vem se reunindo de maneira transparente, para que a opinião pública possa acompanhar — afirmou.

Durante a sessão deliberativa de ontem, Jader comunicou ao Plenário os procedimentos a serem adotados pela Mesa no encaminhamento do processo proposto pelo Conselho de Ética contra os senadores Antonio Carlos e Arruda. Salientou que se apóia em pareceres emitidos pela Consultoria Legislativa e pela Advocacia do Senado, e reiterou que os prazos são regimentais.

— Não estou fazendo nenhuma concessão em relação a prazos, mas cumprindo o Regimento. Se no passado, como líder do PMDB, fui contra descumprirmos o Regimento, por que o descumpriria agora? — questionou Jader.

Carlos Wilson promete rapidez na elaboração de seu parecer

O primeiro-secretário da Mesa, senador Carlos Wilson, garantiu que será célere ao relatar o pedido de abertura do processo contra os senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães. “Se pudesse, relataria o caso em 24 horas, mas precisarei ler as 2.300 páginas da investigação feita pelo Conselho de Ética”, afirmou.

Carlos Wilson foi indicado relator pelo presidente do Senado, Jader Barbalho. A íntegra da investigação feita no Conselho de Ética deve lhe chegar às mãos hoje pela manhã.

Pelo Regimento do Senado, o relator dispõe de até sete dias de pra-

zo, mas Wilson acenou com a possibilidade de entregar seu parecer na segunda-feira. O passo seguinte será a votação de seu relatório pelos membros da Mesa — o presidente, dois vices e quatro secretários. Durante a deliberação, qualquer desses integrantes pode pedir vista do relatório pelo prazo de cinco dias.

A Mesa é soberana em suas decisões: pode votar pelo arquivamento da questão ou pela abertura do processo de cassação. Se a indicação for pela abertura do processo, a decisão voltará ao Conselho de Ética, que abrirá prazo de cinco sessões do Senado para defesa.



Jader Barbalho decidiu designar Carlos Wilson (D) para relator junto à Mesa

“Não pode haver julgamento antecipado”, diz Amir Lando

O senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu a necessidade de realização do devido processo de julgamento dos senadores acusados de violação do painel eletrônico do Senado. Para Lando, não se pode antecipar o mérito.

— Não tenho medo de apontar que os fatos são graves, há ofensa ao decoro, a pena pode ser inclusive de cassação. Mas não pode haver condenação sem proces-



Lando: fatos são graves, mas não pode haver condenação prévia

so. Voto com o relator, com restrições, até o ponto em que ele sustenta a remessa dos autos para a instauração do devido processo — disse.

Lando acredita que a situação virou “um concurso para ver quem quer ser o mais rígido”, e observou: “Quero ser o mais justo possível”.

Definindo-se como um operário do Direito, ele insistiu que o processo deve seguir a ordem jurídica, sem julgamentos antecipados.

Geraldo Althoff discordou da sugestão de pena no relatório

Ao fixar, em seu relatório, a pena de cassação por quebra de decoro parlamentar, o senador Roberto Saturnino adiantou uma medida que só seria cabível ao final do processo contra os senadores Antonio Carlos e José Roberto Arruda. A afirmação foi feita pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC),

que votou favoravelmente ao relatório, mas com a ressalva de que deveriam ser eliminados os trechos nos quais o relator sugere a pena de perda de mandato.



Geraldo Althoff votou a favor do relatório, mas com ressalva

— Um ilícito foi cometido e uma penalidade deve ser imposta. O relatório caracteriza que ambos cometeram o ilícito e induz a uma penalidade. Somente em uma fase final esse juízo poderia ser feito — disse Althoff.

Essa posição foi defendida também pelos senadores Ronaldo Tuma (PFL-SP) e Francelino Pereira (PFL-MG). Tuma ressaltou ainda o trabalho empreendido pela Corregedoria do Senado na produção de provas sobre o episódio de violação do painel.

ACM pretende lutar pelo mandato “até o último minuto”

Em entrevista à imprensa no início da noite de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que lutará por seu mandato “até o último minuto”. Ele garantiu que será candidato às próximas eleições, admitindo a possibilidade de disputar novamente uma vaga no Senado. “Se eu voltar, meus algozes não estarão mais aqui, pois o minuto de glória deles já terá passado”, observou.

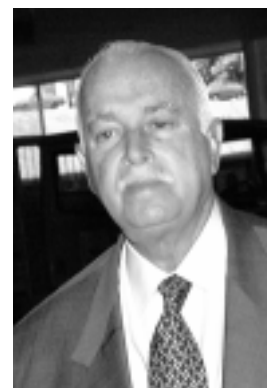
Antonio Carlos voltou a dizer que não pensa em renúncia, mas admitiu que “estaria sendo hipócrita se dissesse que essa possibilidade não existe”. Questionado pelos jornalistas sobre o que significava “último minuto”, ele observou que esse momento “poderia ser até mesmo no Plenário”, num discurso.

— Nada me fará sofrer humilhação, nem no Conselho de Ética, nem na Mesa, nem no Plenário. O povo da Bahia não quer nem eu aceito isso. Jamais aceitaria sair de um processo desrespeitado — disse.

Ele considerou que o senador Carlos Wilson “é um bom relator” para o caso, mas lamentou que o presidente do Senado, Jader Barbalho, tenha indicado o relator antes mesmo que o processo chegasse à Mesa. Antonio Carlos disse que vai se defender perante a Mesa, usando argumentos que o relator no Conselho de Ética ignorou. O senador baiano criticou tanto o relator no conselho, senador Roberto Saturnino, quanto o presidente, senador Ramez Tebet. A seu ver, Saturnino foi “faccioso” e Tebet “não agiu como presidente, mas como fascista”.

— Não bastasse a aberração que foi o voto aberto no conselho, o presidente agiu para que se chegasse àquele resultado — observou.

Os votos dos senadores do PFL contra o relatório de Saturnino, na opinião de Antonio Carlos, “foram uma demonstração da unidade do partido”. Ele lamentou que “alguns senadores” tenham discursado de uma forma, “mas votado de outra”.



Antonio Carlos afirma que não sofrerá humilhação

Código de Defesa do Contribuinte é acolhido

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem projeto de lei, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que institui o Código de Defesa do Contribuinte. Entre outros dispositivos, o projeto impede que sejam excluídos



Bornhausen é autor do projeto que privilegia a sociedade nas relações com o Estado

dos benefícios fiscais e créditos oficiais e da participação em licitações públicas os contribuintes que estejam em débito fiscal, desde que haja contestação judicial.

O projeto aprovado na CCJ, com base no parecer do senador Bello Parga (PFL-MA), relator da matéria, pretende "estabelecer uma relação de igualdade jurídica do cidadão-contribuinte com o Fisco". O autor parte do princípio de que "os deveres e os direitos são mútuos; nada se presume negativamente contra um ou outro; e o quanto se decidir, a favor de um ou outro (contribuinte e fisco), será mediante expressa indicação dos fatos e motivada declinação do direito".

Comissão acata instituição de programa de bolsa de estudo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) a projetos do senador Edison Lobão (PFL-MA) e do deputado Ubiratan Aguiar, com tramitação conjunta, que instituem o



Um dos projetos aprovados tem como autor o senador Edison Lobão

Programa Nacional de Bolsas de Estudo. A matéria, que regulamenta o artigo 213 da Constituição, ainda será apreciada pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE) antes de seguir para o Plenário.

Conforme o substitutivo, as bolsas destinam-se ao custeio dos encargos educacionais legalmente cobrados pelas instituições de ensino comunitárias, confessionais e filantrópicas, mantidas pela ini-

Conforme o texto aprovado ontem, o contribuinte que estiver contestando judicialmente o seu débito fiscal, ou tiver recorrido ao parcelamento de débitos com o Fisco, terá direito a exigir deste certidão negativa, caso necessite comprovar que está em dia com o recolhimento de impostos.

O relator acatou várias emendas com base em recomendações feitas pela Secretaria da Receita Federal, com vistas a não estimular a sonegação fiscal no país. Ele procurou manter, segundo disse, o espírito do projeto de lei de Bornhausen, cujo objetivo é criar mecanismos de defesa do contribuinte, tirando-o do julgamento unilateral feito pelo aparelho fiscal do Estado.

O Código de Defesa do Contribuinte tem como meta "privilegiar a sociedade nas suas relações com o Estado, sem se tolher a eficácia da gerência estatal, segundo o relator.

ciativa privada. Os encargos educacionais, de acordo com o parecer de Maria do Carmo, não poderão ser superiores ao respectivo gasto por aluno na rede pública. A bolsa só será concedida quando houver falta de vagas e de cursos regulares na rede pública.

O texto aprovado também estabelece que os recursos destinados às bolsas de estudo serão previstos nos orçamentos públicos.

Durante a reunião, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou parecer contrário a projeto do ex-senador Luiz Estevão que torna indisponíveis os bens de vítimas de seqüestro. O parecer deverá ser votado na próxima reunião da CCJ.

CCJ aprova auditoria em urna eletrônica do TSE

Conforme o requerimento, apresentado por Roberto Requião, a inspeção seria feita por técnicos da Universidade de Campinas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitando o envio de ofício à Mesa do Senado para que sejam adotadas as primeiras providências necessárias à realização de auditoria externa no Sistema Eleitoral Informatizado (SEI), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), adotado nas últimas eleições e que será utilizado no próximo pleito, em 2002.

A auditoria será realizada pela Universidade de Campinas (Unicamp), instituição responsável pela inspeção técnica realizada no painel eletrônico do Senado que culminou com a descoberta de violação, ocorrida após votação que cassou o mandato do senador Luiz Estevão (DF).

Com base em pedido realizado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), que juntamente com os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Bello Parga (PFL-MA) compõe a Subcomissão do Voto Eletrônico (SVE), a CCJ aprovou o encaminhamento à Mesa do Senado de ofício solicitando a contratação de dois assessores da área de informática e a cobertura de despesas para a realização de seminário prévio à auditoria, para discutir o assunto com a socie-



A Comissão de Constituição e Justiça também acatou requerimento que prevê a realização de seminário sobre o voto eletrônico

dade. O evento, a ser realizado em junho próximo, contará com a participação de técnicos, especialistas e parlamentares.

O senador Roberto Requião, como presidente da subcomissão, já estabeleceu os primeiros contatos com o reitor da Unicamp, Ermanno Tavares, e com professores da instituição. Ele obteve a informação de que é possível realizar a auditoria solicitada. Nos próximos dias, novas conversas ocorrerão no sentido de se detalhar mais o trabalho a ser realizado.

O senador Bello Parga solicitou, e foi atendido pela CCJ, que o ministro Nelson Jobim, presidente do TSE, seja previamente informado dos quesitos básicos levantados pela subco-

missão para o roteiro de trabalho dos auditores.

Nos quesitos definidos até agora para orientar o trabalho dos auditores, constam dois: qual o nível de segurança e as falhas no sistema de votação eletrônica do TSE contra ataques por agentes externos e internos que visem violar ou desviar votos, tanto na sua apuração na urna eletrônica quanto na rede de totalização; e se o controle e a fiscalização externa permitida e efetivamente praticada pelos fiscais dos partidos políticos, durante o processo de produção, guarda, implantação e operação do SEI, são suficientes para detectar ou garantir a inexistência de fraudes de violação ou desvio de votos.

Comércio pela Internet terá regulamentação

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta o comércio eletrônico na Internet. De acordo com o projeto, não se poderá mais negar efeitos jurídicos às informações na forma de mensagem eletrônica. As disposições básicas do projeto foram baseadas na Lei Modelo da Uncitral (Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional) sobre o Comércio Eletrônico.

A matéria, que foi relatada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, quando a lei requerer que determinada



informação conste por escrito, ou que a assinatura de uma pessoa seja apresentada na sua forma original, e que certos documentos, registros ou informações sejam conservados, tais requisitos poderão ser preenchidos por meio de mensagem eletrônica, desde que observadas as condições que especifica. O projeto estabelece ainda que, na formação de um contrato, a oferta e sua aceitação podem ser expressas por mensagens eletrônicas, o

mesmo prevalecendo para a declaração de vontade, cuja validade ou eficácia não poderá ser negada.

Ao justificar o seu projeto, o senador Lúcio Alcântara ressaltou que o avanço da tecnologia impõe a necessidade de adaptação do ordenamento jurídico às inovações introduzidas no cotidiano.

Segundo o senador, o uso cada vez mais acentuado da informática reclama seu ordenamento jurídico, sob pena de surgirem dúvidas sobre a validade e eficácia da utilização desse instrumental. Para Alcântara, o comércio eletrônico é uma realidade que se encontra em franca expansão e exige uma disciplina jurídica por diversas áreas como as do Direito de propriedade intelectual e do Direito Tributário.

Aprovada urgência para empréstimo

O requerimento para tramitação rápida foi apresentado por líderes partidários. Os US\$ 757,5 milhões a serem obtidos no Banco Mundial destinam-se a ajustes do setor público

O Senado aprovou ontem requerimento de urgência dos líderes partidários para votação de projeto de resolução autorizando o Brasil a contrair empréstimo de até US\$ 757,5 milhões no Banco Mundial (Bird). Será um empréstimo programado para

ajuste do setor público. A matéria deve ser votada na próxima terça-feira, dia 29.

Na ocasião, o presidente da Casa, senador Jader Barbalho, informou que somente na última terça-feira, às 21h, chegaram ao Senado os originais autenti-

cados do Poder Executivo com o pedido de autorização para o empréstimo. O parlamentar explicou que a matéria vinha tramitando no Senado sem os documentos originais, apenas com fax enviados.

Jader também informou que so-

mente agora foi enviado ao Senado o cronograma de desembolso do financiamento, permitindo que a matéria tramite de forma regular. Disse ainda que, equivocadamente, um jornal publicou que a Mesa do Senado estava retendo o pedido de empréstimo.

Acatados nomes de dois ministros para o TST

Foram aprovadas ontem pelo Senado mensagens do presidente da República indicando os nomes de Maria Cristina Irigoyen Peduzzi e José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes para integrarem o Tribunal Superior do Trabalho (TST). As decisões agora serão comunicadas ao governo.

Aprovada por 57 votos favoráveis, 1 contra e 3 abstenções, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Ursulino Santos Filho. O nome de José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes recebeu 55 votos a favor, 2 contrários e 3 abstenções. Caberá a ele a vaga resultante da aposentadoria do ministro Valdir Righetto.

Acolhida PEC que beneficia policiais militares de RO

Em primeiro turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), incluindo os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal.

Foram registrados 61 votos favoráveis e um contrário, mas o texto ainda precisa ser votado em segundo turno antes de seguir para a Câmara dos Deputados. A emenda estabelece que os policiais continuarão prestando serviço a Rondônia, na condição de cedidos pela União.

Na votação, Moreira Mendes disse que a iniciativa pretende resgatar uma injustiça cometida com Rondônia. Ele explicou que, quando da votação da

emenda que promoveu a reforma administrativa, ficou decidido que os integrantes da carreira de policial militar do Amapá e Roraima continuariam custeados pela União, excluindo-se da norma o ex-território de Rondônia.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Amir Lando (PMDB-RO) também se pronunciaram favoravelmente à PEC.

O Senado adiou para o dia 30 de maio a votação, em segundo turno, da PEC que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição.

Pedidos sobre Eduardo Jorge dependem de recurso

Está na dependência de recurso à Mesa a votação de três requerimentos para quebra de sigilo da movimentação bancária e de informações fiscais, relativas ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000, do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua mulher, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, e seus irmãos. Como o parecer do relator, senador Bello Parga (PFL-MA), foi contrário aos pedidos, a matéria saiu da ordem do dia de ontem e aguardará, pelo prazo de dois dias úteis, recurso para que os requerimentos possam seguir tramitando, de acordo com artigo 254 do Regimento Interno.

Seriam votados dois requerimentos – dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e José Eduardo Dutra (PT-SE) – para que o Banco Central remetesse à Casa dados sobre a movimentação bancária. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) até março deste ano, Jucá apresentou o requerimento por entender que era dever do colegiado prosseguir na investigação dos fatos denunciados contra Eduardo Jorge. Segundo Parga, os requerimentos não estão bem fundamentados, uma vez que os pedidos não são pertinentes à investigação a que estariam vinculados. Além disso, o

período teria sido escolhido de forma aleatória, justificou.

Dutra, por sua vez, afirmou que a movimentação bancária é de fundamental importância para que se alcance “uma visão mais ampla dos negócios do sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira”. Invocando a experiência acumulada em CPIs, Dutra considera necessário que o Senado conheça a movimentação bancária não apenas do

ex-secretário, mas também dos seus familiares.

É também de autoria de Romero Jucá a solicitação para que a Secretaria da Receita Federal informe sobre auditoria fiscal realizada para verificar se houve sonegação fiscal ou enriquecimento ilícito, além da existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados por Eduardo Jorge e sua esposa.

Parga apresentou parecer contrário à quebra de sigilo

O senador Bello Parga (PFL-MA) apresentou ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pareceres contrários aos dois pedidos, encaminhados pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), de quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. Os pareceres foram apresentados por meio de pauta extra e não chegaram a ser votados uma vez que o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), acolheu pedido de vista, apresentado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).



Bello Parga é contrário ao pedido de acesso às contas bancárias de Eduardo Jorge



Segundo Moreira Mendes, PEC põe fim a injustiça

Nota do PT rebate críticas de Fernando Henrique

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) leu ontem em Plenário nota oficial divulgada pelo Partido dos Trabalhadores em que são rebatidas as críticas feitas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à agremiação. As afirmações foram publicadas na edição de ontem do jornal *O Globo*. Sob o título “Em busca da credibilidade perdida”, a nota, assi-

nada pelo presidente em exercício do partido, deputado José Genoíno (PT-SP), e líderes petistas na Câmara e Senado, repudiava, entre outras críticas, a “pecha de fascista” que o presidente da República quis colocar no partido.

Segundo a nota oficial do PT, “realmente há perigo institucional e ameaça à democracia”, mas o principal responsável

por isso “é o presidente Fernando Henrique Cardoso, chefe de um governo que esteriliza o Legislativo, a poder de medidas provisórias, e conduz o país a uma fase de trevas, agora materializada num apagão produzido por uma irresponsabilidade política do governo, que ameaça nosso futuro como nação independente”.

Beneficiário de cheque será identificado

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para que se proceda à identificação do beneficiário de cheque da prefeitura de Maringá (PR), depositado na agência do Banco do Brasil no Senado, nominativo ao extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Emitido em 28 de janeiro de 1999, o cheque tem valor de R\$ 92.160.

Em sua justificativa, Requião argumenta que a identificação do beneficiário é fundamental para as investigações sobre a atuação de quadrilha que estaria lesando os cofres da prefeitura de Maringá.

Emissoras de rádio e TV têm novas concessões

Foram aprovados ontem pelo Plenário projetos de decreto legislativo autorizando serviços de radiodifusão pela Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, em Salvador (BA), e pela Rádio Juazeiro, de Juazeiro (BA). A Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão foi autorizada a executar transmissões de televisão em Campo Grande (MS).

O Plenário do Senado aprovou ainda projeto de decreto legislativo com os termos do Acordo Educacional entre o Brasil e a Bolívia, celebrado em La Paz em julho de 1999. O documento prevê o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária, além da formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores.

Eduardo aponta injustiças no plano de racionamento

Preocupado com o racionamento proposto pelo governo, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou ontem que não há como negar a empresas em processo de instalação o acesso ao sistema de distribuição de energia elétrica. Para ele, essa norma será declarada inconstitucional pelo Judiciário.

Na opinião de Eduardo, não tem sustentação jurídica impedir que um cidadão faça um contrato para obter energia elétrica. Ele disse que essa proibição é especialmente inexplicável quando um pequeno empresário está se estabelecendo exatamente para ajudar o país a desenvolver-se e a gerar empregos.

O senador observou que o Brasil



Eduardo considera o racionamento injusto para o Tocantins

já enfrenta o sério problema da guerra fiscal entre estados e lastimou que o empreendedor que esteja por abrir uma empresa fique na iminência de não poder tocar o negócio. Para o Tocantins, frisou, as medidas são injustas sob vários aspectos, o primeiro deles porque o estado não se situa no Centro-Oeste, mas no Norte.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o governo também está preocupado com a situação dos que precisam de energia elétrica para gerir empreendimentos. Já o senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que o governo está sendo injustamente penalizado pela falta de chuvas que garantem água para as hidrelétricas.

Fogaça defende privatização com política pública para o setor elétrico

O senador José Fogaça (PMDB-RS) acredita que não se pode culpar a privatização do setor elétrico pela crise energética. Ele defendeu ontem a privatização de usinas, desde que atrelada a uma política pública para o setor.



José Fogaça cita exemplo de parceria no Rio Grande do Sul

O senador citou como exemplo bem sucedido a construção da Hidrelétrica de Dona Francisca, no Rio Grande do Sul. A usina começou a ser planejada, de acordo com Fogaça, em 1979, mas não havia recursos públicos para o investimento. No governo Alceu Collares (PDT), em 1993, pensou-se

em uma parceria com a iniciativa privada, mas a legislação não permitia. Em 1996, o governador Antonio Brito (PMDB) realizou a parceria, pela qual 10% da usina pertencem à Companhia Estadual de Energia Elétrica e 90% a empresas privadas.

Em aparte, Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu a fixação de regras para o setor. Ademir Andrade (PSB-PA) apoiou a privatização nos moldes da de Dona Francisca, mas criticou a intenção de privatizar hidrelétricas construídas com o dinheiro público, como Tucuruí.

Hartung propõe controle social sobre diretores de agências

Projeto abre a possibilidade de perda de mandato decorrente de voto de censura aprovado por três quintos dos membros do Senado

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou ontem projeto abrindo a possibilidade de perda de mandato dos diretores das agências reguladoras por meio de voto de censura aprovado por três quintos dos membros do Senado. Na avaliação de Hartung, a legislação que criou as agências não prevê qualquer controle social sobre as atividades dos ocupantes dos cargos.

Falta à lei a prerrogativa de afastar o presidente de agência que não estiver cumprindo a contento as suas funções — argumentou, observando, no entanto, que é fundamental manter a independência das agências reguladoras.

Hartung explicou que seu objetivo é criar um mecanismo que não permita a interferência do governo sobre o setor, mas que estabeleça algum controle.

FINANCIAMENTO

A decisão do BNDES de financiar a aquisição de equipamentos para a instalação de usinas térmicas e pequenas hidrelétricas sem a necessidade de apresentação de garantias reais — a não ser os próprios equi-



Hartung: legislação não prevê controle sobre diretores de agências

pamentos — recebeu elogios de Hartung. Para ele, a medida pode trazer um alento à atual crise energética. O senador lamentou a ausência de representantes do governo no debate sobre o assunto realizado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na terça-feira, com a participação de especialistas no setor energético.

É importante ouvir opiniões de especialistas não apenas sobre as medidas do racionamento, mas principalmente sobre formas de sair da atual crise — frisou.

Em resposta, o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a realização de reuniões da Câmara de Gestão da Crise Energética impossibilitou a presença de autoridades governamentais no encontro. Jucá garantiu que o governo está disposto a discutir o problema com o Congresso e com a sociedade.

Hartung apresentou em Plenário as preocupações do setor de construção civil, que teme a retração do mercado e a consequente diminuição da demanda de mão-de-obra.

Moreira conclama Senado a debater custos da telefonia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) conclamou o Senado a discutir os custos dos serviços telefônicos no país. Segundo ele, cabe aos senadores perguntar às concessionárias, recentemente privatizadas, e à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) por que os preços para o consumidor precisam ser tão altos. “Não seria melhor barateá-los para permitir a mais gente ter telefone em casa?”, indagou.

Para Moreira Mendes, talvez seja tempo de reduzir os impostos sobre os serviços telefônicos, que ascendem a 41% no Brasil, quando na vizinha Argentina não passam de 21% e nos Estados Unidos de 3%. “Uma coisa é certa: é grande a frustração do consumidor que espera ver os preços da telefonia baixarem significativamente com a competição no setor e com os ganhos

de escala que a ampliação do número de consumidores geraria”, afirmou.

Ele lembrou que a frustração fica ainda maior quando se verifica o lucro líquido das empresas do setor. A Telemar teve lucro líquido de R\$ 95,7 milhões em 1999, a Telecentrosul de R\$ 218 milhões e a Telefônica de R\$ 496,4 milhões. No ano anterior, a Telefônica lucrava R\$ 1,128 bilhão, observou.

Embora reconhecendo que a Anatel afirma que a conta média de um assinante residencial caiu de R\$ 52, em 1994, para R\$ 46 atualmente, o senador ponderou que essas cifras permanecem inacessíveis para os 40% da população que ganham salário mínimo ou menos. “É uma realidade que, por muito tempo ainda, manterá sem telefones as classes menos favorecidas”, concluiu.



Mozarildo Cavalcanti pede agilidade ao governo para autorizar a importação

Mozarildo quer importação de combustível por Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ratificou sua solicitação, feita na terça-feira ao governo brasileiro, de maior agilidade no sentido de autorizar a importação de combustível da Venezuela pelo estado de Roraima. O senador apontou o pedido de ingresso no Mercosul formalizado pela Venezuela como mais um motivo de união de forças com aquele país.

Mozarildo disse que a Petrobras anunciou a desativação dos depósitos terminais de Caracará, próximo a Boa Vista, e a transferência destes para Manaus. Essa medida, conforme o senador, demonstra a irresponsabilidade da Petrobras ao tomar uma decisão dessa natureza sem consultar qualquer segmento da sociedade, além de trazer prejuízo ao estado de Roraima.

A queda na venda de combustível pelos postos de Roraima, disse Mozarildo, reflete-se diretamente na perda de arrecadação de impostos pelo estado e no aumento do desemprego. Segundo o senador, o entendimento entre a companhia estatal de petróleo da Venezuela e a Petrobras trará grandes benefícios ao estado de Roraima, por sua localização geográfica.

Ele enfatizou a necessidade de oficialização da importação de combustível da Venezuela, que poderá se transformar em mercado para produtos agropecuários oriundos de Roraima e para o cimento, ferro e calcário do Amazonas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Tião Viana e o médicos Sérgio Timmerman, da Fundação Interamericana do Coração, e Luiz Henrique Hargreaves, da Sociedade Brasileira de Medicina de Emergência, falam sobre a morte súbita
7h30 — *Entrevista* — O sen. Álvaro Dias fala sobre as reivindicações dos municípios
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — Parte 2
9h — *As Cores do Brasil* — Paraíba
9h30 — *Entrevista* — O sen. Lúcio Alcântara fala sobre a política nacional de transporte
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Relações Exteriores (Gravado)

16h — Sessão Plenária (reapresentação)
20h30 — *Entrevista* — O sen. Álvaro Dias fala sobre as reivindicações dos municípios
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora*
As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música Informação e Serviços
10h — Sessão Plenária do Senado
14h15 — *Senado Notícias*
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Improviso Jazz*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Patrocínio elogia vacinação contra aftosa no Tocantins



Patrocínio diz que todo rebanho será imunizado

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou ontem decisão do governador do Tocantins, Siqueira Campos, de iniciar uma campanha de vacinação contra a febre aftosa que deverá atingir a totalidade do rebanho bovino do estado, de 6 milhões de cabeças. A medida, destacou, elevará o Tocantins à posição de área livre da doença, a ser certificada pela Organização Internacional de Epizootias.

Patrocínio lembrou que a ocorrência da doença impede a exportação de carne para a maioria dos países, que levantam obstáculos quase sempre intransponíveis, principalmente para os pequenos produtores. No Brasil, observou, embora vencidas as preocupações com a epidemia da vaca louca, persiste o temor em relação à febre aftosa, identificada em países próximos como a Argentina e o Uruguai.

Mauro aponta falta de segurança pública em Goiás



Mauro denuncia ocorrência de chacinas e assaltos

O crescimento da incidência de crimes violentos em Goiás levou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a protestar ontem contra a falta de segurança pública no estado. Ele apontou matérias publicadas por jornais locais que noticiam a ocorrência de chacinas e assaltos em vários setores de Goiânia e a inoperância das autoridades policiais e governamentais.

— O momento é oportuno para recordar que o atual governo de Goiás prometeu adotar, no início de 1999, a tolerância zero contra a violência. De lá para cá, como comprovam os depoimentos de amedrontados moradores, a tolerância do povo goiano se esgotou diante de tamanha ineficácia daqueles que lhes deveriam assegurar, no mínimo, o direito de ir e vir em plena luz do dia — afirmou.

Convênio permite troca de dados entre Senado e TCU

Documento assinado por Jader e Humberto Souto viabiliza aprimoramento das atividades de fiscalização e controle externo

Convênio assinado na manhã de ontem vai permitir maior intercâmbio entre o Senado e o Tribunal de Contas da União (TCU), que poderão trocar informações e desenvolver trabalhos de cooperação técnica para aprimoramento das atividades de fiscalização e controle externo. O presidente do Senado, Jader Barbalho, destacou a importância de iniciativas como essa para a melhoria da eficiência das instituições públicas e sua contribuição para o aprimoramento da própria democracia.

Nos termos do documento assinado por Jader e o presidente do TCU, Humberto Souto, o tribunal passa a ter condições de acessar os Sistemas de Informações do Senado, mantidos pelo Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Se-



Na presença dos senadores Edison Lobão e Carlos Wilson e de ministros do TCU, Jader e Souto ampliam cooperação

nado), bem como aderir à Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) e acessar os serviços da Rede Interlegis (rede virtual do Legislativo em âmbito nacional e nas três esferas de poder).

O convênio permite, ainda, que o TCU imprima suas publicações oficiais na Secretaria Especial de Editoração e Publicações e cria con-

dições para a veiculação de notícias, palestras, seminários e simpósios de interesse do tribunal nos meios de comunicação social do Senado (rádio, TV, jornal e agência de notícias). O Senado, de seu lado, poderá acessar os terminais da rede de teleprocessamento do tribunal e consultar os bancos de dados do TCU.

DIRIGENTES DO LIONS VISITAM O SENADO

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem em seu gabinete o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), acompanhado de um grupo de dirigentes do Lions Clube de Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Os dirigentes do Lions estão reunidos em Brasília para sua II Convenção, que se encerrará no próximo sábado.

EM PLENÁRIO

O anúncio da convenção dos dirigentes do Lions Club foi feito ontem em Plenário pelo senador Sebastião Rocha, que registrou a presença no Senado de representantes da entidade.



Sebastião Rocha ressaltou o trabalho social que o Lions desenvolve em todo o país, especialmente na área de assistência à saúde.

Carmen Carneiro (sentada) participa do lançamento



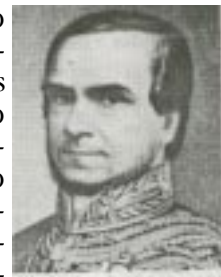
Vida de Nelson Carneiro, em "O Pai do Divórcio"

O Pai do Divórcio, livro que retrata momentos políticos que marcaram a vida do senador Nelson Carneiro, falecido há cinco anos, foi lançado ontem, em solenidade no Salão Negro do Congresso. O livro, que traz depoimentos de políticos e de amigos do senador, ensaios, fotos e cartas do acervo pessoal da família, teve sua elaboração coordenada pela viúva do senador, Carmen Carneiro, com apoio do jornalista Jonatra Macedo, responsável pela pesquisa, seleção e supervisão editorial.

Homenagem ao Marquês do Paraná

Por requerimento de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o Senado homenageou ontem um dos maiores estadistas da época do Império, Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, por ocasião do bicentário de seu nascimento. Presentes à homenagem, o embaixador Seixas Corrêa, representando o Itamaraty, e descendentes do Marquês do Paraná.

Coube a Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ler o discurso escrito por Alcântara, que estava ausente do Plenário, participando de reunião do Conselho de Ética. Alcântara lembrou os fatos mais importantes da vida do Marquês do Paraná, em especial a organização de um gabinete de conciliação, em 1853, por delegação do imperador.



Romero Jucá destaca vitória do Brasil na OMS

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), destacou ontem o que considerou vitória brasileira na Organização Mundial de Saúde (OMS), que aprovou a proposta sobre a política de distribuição de medicamentos apresentada pelo Brasil. Segundo disse, o governo notabilizou-se pela luta de assegurar aos pobres acesso gratuito aos medicamentos contra a Aids. Jucá destacou que a medida continua avançando, uma vez que foi garantida isenção das alíquotas de 12,5% do PIS e da Cofins, no início deste mês. Com a medida, disse, cerca de 100 remédios que estão entre os mais vendidos no país foram disponibilizados à população a preços até 19,75% mais baratos.

Parga registra decisão do TCU sobre Sivam

O senador Bello Parga (PFL-MA) registrou ontem sua alegria com decisão do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) que inocentou, mês passado, o ex-ministro da Aeronáutica Lélvio Viana Lôbo e os maiores-brigadeiros-do-ar Marcos Antônio de Oliveira e José Salazar Primo, acusados de irregularidades na contratação da empresa Esca para implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Na época, disse, o TCU multou Oliveira e Salazar, individualmente, em R\$ 14,8 mil, acusados de atos ilegais, ilegítimos e antieconômicos, com prejuízo aos cofres públicos.

Valadares anuncia congresso de agrônomos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem a realização do 22º Congresso Brasileiro de Agronomia, de 25 a 28 de setembro em Aracaju (SE). Conforme disse, profissionais de todo o país tomarão a bandeira da agronomia como desenvolvimento sustentável. "É uma lição que a Confederação das Federações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil dá, ao elaborar um vasto programa para examinar e debater todas as questões relacionadas com a produção agrícola", explicou. Segundo Valadares, os agrônomos debaterão questões como a reforma agrária, racionamento de energia elétrica e produtos transgênicos.